

PANORAMA DO FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO DO ESTADO DE GOIÁS DE 2007 A 2015

Francilane Eulália de Souza

Departamento de Geografia-Universidade Estadual de Goiás Câmpus Formosa
francilanee@hotmail.com

Gisele Leite Bibiano

Bolsista de Iniciação científica PIBIC/CNPq - Universidade Estadual de Goiás Câmpus Formosa

Tainara Alves de Jesus Abe

Bolsista de Iniciação científica PIBIC/UEG Universidade Estadual de Goiás Câmpus Formosa

Daniela Lopes Rocha

Bolsista de Iniciação científica PIBIC/UEG Universidade Estadual de Goiás Câmpus Formosa

Cassia Betânia Rodrigues dos Santos

Mestranda UNB

INTRODUÇÃO

A escola é um dos instrumentos de existência do campesinato, visto que ela, como instituição social, reflete, dentre outros, os valores, os anseios e as perspectivas da sociedade que detém o poder. Em vista disso, ela não é um aparelho neutro, cuja intencionalidade seja inexistente. Muito pelo contrário, é um instrumento político.

É também no espaço escolar que se preparam indivíduos para a sociedade. Nessa circunstância, a educação pode tornar-se importante meio de controle social. Concordamos com Gutiérrez (1988) quando argumenta que “desde os professores até o desenvolvimento curricular, desde a seleção de livros de texto até as metodologias utilizadas, toda a prática pedagógica, enfim, está impregnada e saturada da ideologia dominante”.

É nesse contexto que, no Estado de Goiás, manter o controle da escola ou eliminá-la tem sido uma constante no campo. Nos últimos anos, houve uma diminuição das escolas no campo em Goiás. Estas eram 1.824 unidades no ano de 2000 e passaram para aproximadamente 575 unidades em 2015, “projetando” o Estado de Goiás entre os que mais fecham escolas no campo no Brasil, fato que é preocupante, visto que o primeiro relatório global sobre as crianças fora da escola lançado pela UNICEF aponta que, no período de dez anos, cerca de 37 mil escolas rurais foram fechadas no Brasil, contribuindo para o analfabetismo no campo. Nesse contexto, em 2012, o Ministério da Educação (MEC) propôs o Projeto de Lei 3.534/12 para frear esse processo, demonstrando assim quão preocupante é esse movimento de fechamento de escolas no campo.

Assim, estamos há quase dois anos realizando pesquisa sobre esse processo de fechamento das escolas no Estado de Goiás e agora estamos realizando a mesma pesquisa por mesorregião objetivando, acima de tudo, avaliar o impacto desse fechamento para os camponeses goianos.

Então, com base em pesquisa quali-quantitativa realizada, *a priori*, de 2007 a 2015 ligada ao projeto intitulado “Dicotomias e territórios em disputa no fechamento de escolas no estado de

Goiás”, - cujas principais metodologias foram as pesquisas em sítios, dentre outros, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Relatório DATALUTA, e, pesquisa de campo nos municípios com maior percentual de escolas fechadas no campo no Estado de Goiás - constatamos que a mesorregião desse estado que mais vem fechando escolas no campo é a do Leste Goiano, seguida pela mesorregião Norte, posteriormente o Centro, a mesorregião Sul, e, por fim, a Noroeste.

Ressaltamos que parte desses dados previamente levantados nessa pesquisa é apresentada nesse artigo e esses dados nos possibilitam afirmar que o território do camponês, no Estado de Goiás, vem sendo marcado principalmente por conflitualidades e pela resistência contra o fechamento de escolas no campo. Assim, se no Estado de Goiás o agronegócio impulsiona o fechamento das escolas no campo, os sujeitos da luta pela terra vêm, não só corroborando para sua abertura, mas, reivindicando também uma escola do campo. Por fim, acreditamos que os resultados aqui apresentados serão ponto de partida para pesquisas ligadas ao fechamento de escolas no campo.

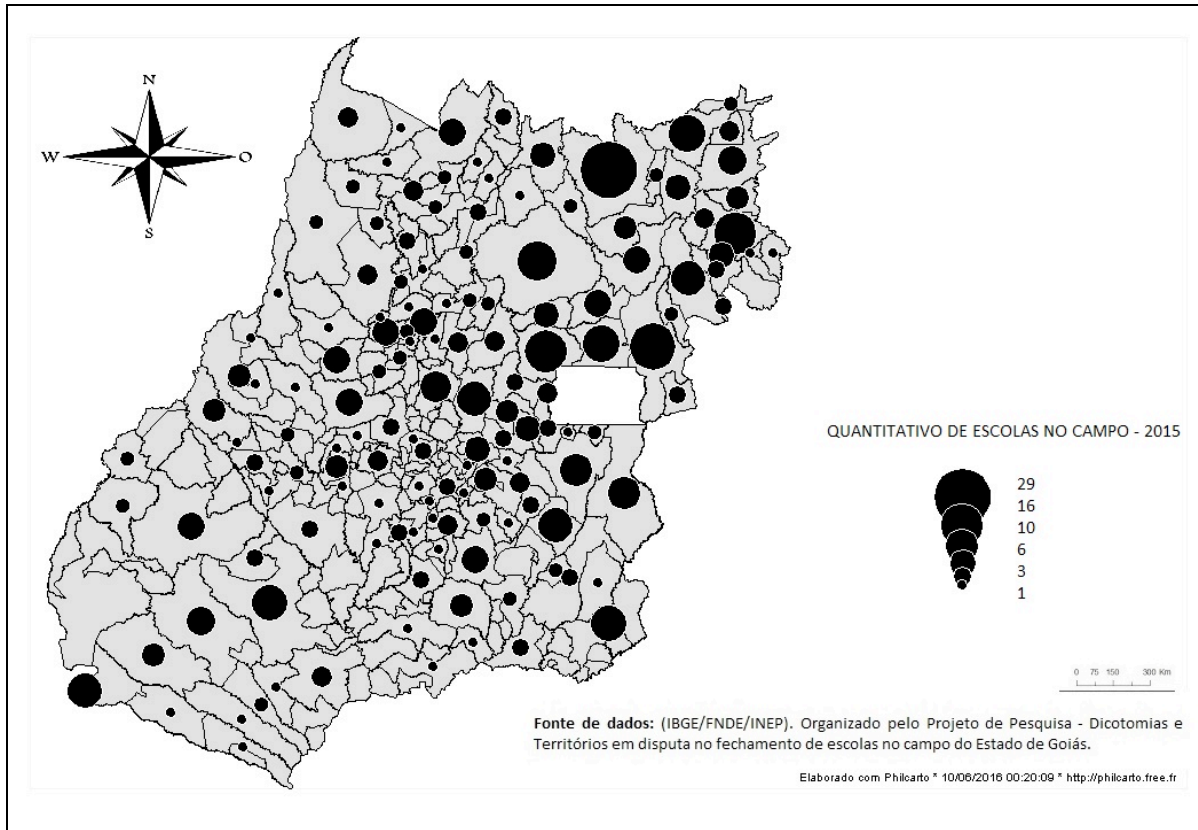
INDICATIVOS DE CONDICIONANTES E CONSEQUÊNCIAS DO FECHAMENTO E DA DIMINUIÇÃO DE ESCOLAS NO CAMPO NO ESTADO DE GOIÁS

Antes de apresentarmos as reflexões acerca do fechamento de escolas, destacamos que **fechamento** de escola é diferente de **diminuição** de escola. Esse foi um dos principais desafios para a metodologia da pesquisa, pois é comum, em muitas pesquisas, a realização de um balanço final entre determinados anos (inicial e final) para apontar o fechamento de escolas. No entanto, para saber o quantitativo de escolas que fecham é preciso levantar esse dado ano a ano, por município, comparando a abertura e o fechamento de escolas, visto que há no campo um movimento de abertura de escolas também. Este, no Estado de Goiás, vem sendo motivado por outro movimento, que é o da luta pela terra, logo pela recriação do campesinato que impulsiona a abertura de escolas no campo.

O fechamento das escolas no campo do Estado de Goiás é uma constante. No entanto, podemos destacar que esse processo, nos últimos 15 anos, se deu de forma mais acentuada nos primeiros sete anos desse período, sendo que, no ano de 2000, havia 1.822 escolas no campo e elas passam para 777 em 2007, logo houve a diminuição de mais de 40% das escolas no campo, sendo que, se considerarmos o movimento de abertura de escolas, certamente houve um fechamento de escolas bem maior que o de diminuição, pois uma escola que se abre mascara o quantitativo de escolas fechadas.

Esse déficit de escolas no campo continuou de 2007 até 2015 com uma diminuição de quase 30% das escolas no campo. Também a realização dessa pesquisa demonstrou que de 2007 a 2015, dentre as mesorregiões desse estado, a que mais vem apresentando a presença de escolas é do Leste Goiano, seguida da do Norte Goiano. Essas mesorregiões supracitadas

também são as que apresentam percentual de quase 100% de seus municípios com a presença de escolas, fato que não ocorre nas outras mesorregiões (Mapa 1), indicando que essas mesorregiões onde se constata municípios sem escola já consolidaram há algum tempo o fechamento de escolas.



Mapa 1. Quantitativo de escolas no campo do estado de Goiás em 2015

Nesse processo de ausência de escolas nos municípios, podemos considerar que as mesorregiões do Centro e do Sul Goianos, que apresentam respectiva e aproximadamente 60% e 50% de municípios sem escolas, estão em vias de consolidação de um movimento de fechamento de escolas que acarretará em total ausência de escolas nesses territórios, e, assim, é por isso que nos últimos oito anos que o quantitativo de escolas fechadas nessas mesorregiões não se apresenta tão elevado como nas outras mesorregiões.

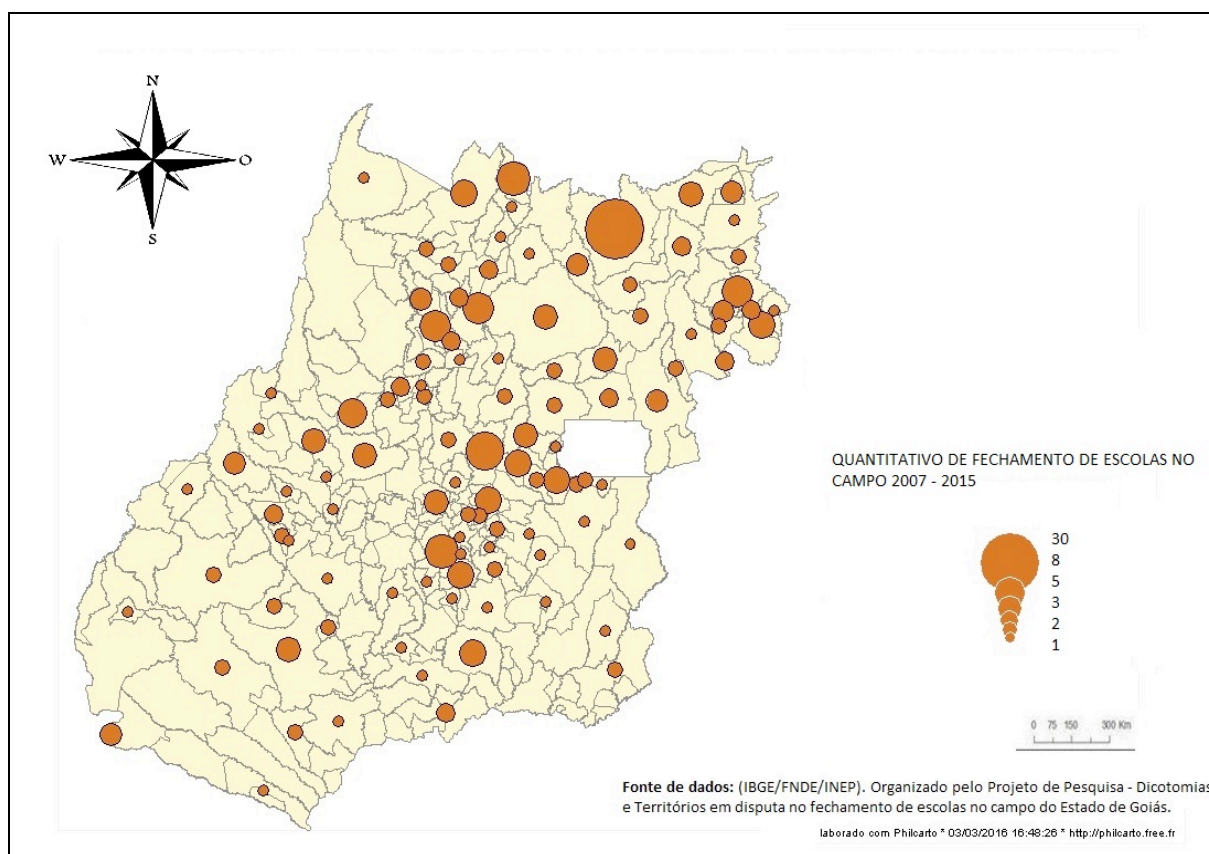
Já os anos que mais apresentaram diminuição de escolas no Estado de Goiás foram os anos de 2008 e 2009, sendo que a média de escolas diminuídas nesse período de 2007 a 2015 foi de aproximadamente 26 escolas por ano. Quanto à diminuição de escolas no campo por mesorregião, o Leste Goiano é a que mais vem apresentando diminuição de escolas, seguida pela mesorregião Norte, posteriormente o Centro Goiano, o Sul e, por fim, o Noroeste Goiano (TABELA 1).

TABELA 1: TOTAL DE ESCOLAS POR ANO E QUANTITATIVO QUE FECHOU DE 2007 A 2015 POR MESORREGIÃO DO ESTADO DE GOIÁS

MESORREGIÕES	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	172	164	150	139	127	119	113	116	117
Leste	273	255	242	227	213	207	201	193	192
Centro	130	117	112	98	99	98	100	99	98
Sul	140	140	133	131	127	124	123	123	121
Noroeste	62	57	52	51	52	51	50	47	47
Total	777	733	689	646	618	599	587	578	575

Fonte: Sinopse estatística do INEP- 2007 a 2015. Org: Francilane E de Souza – 2015

Por outro lado, vale destacar que na pesquisa ligada ao percentual de escolas diminuídas é a região Norte a que mais vem apresentando diminuição de escolas, com aproximadamente 40%. Quanto ao fechamento das escolas, é a mesorregião do Leste Goiano a que mais vem fechando escolas, seguida da região Norte (Mapa 2).



Mapa 2: Escolas Fechadas no campo no Estado de Goiás de 2007 à 2015.

Essas mesorregiões vêm apresentando um quantitativo que varia de 15% a 40% de diminuição de suas escolas no campo. Além disso, esse processo se faz em um movimento dialético de fechamento, abertura e diminuição de escolas, ocasionando por sua vez um déficit de

escolas no meio rural, visto que o quantitativo de escolas que abrem não supera o número de escolas que fecham (Tabela 2).

TABELA 2: BALANÇO DE FECHAMENTO E ABERTURA DE ESCOLAS NO CAMPO DE 2007 A 2015 POR MESORREGIÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Mesorregiões	Quantitativo de escolas diminuídas	Percentual de déficit de escolas	Escolas abertas	Escolas fechadas
Leste	81	30%	23	104
Norte	61	40%	14	75
Centro	33	25%	31	64
Sul	19	15%	26	45
Noroeste	15	20%	9	24
Total	209		103	312

Fonte: Sinopse estatística do INEP- 2007 a 2015. Org: Francilane E de Souza - 2015

Nesse contexto, salientamos que concordamos que existem vários fatores que vêm corroborando para o fechamento de escolas no campo nessas referidas mesorregiões. Dentre estes, podemos destacar:

1) Paradigma do capitalismo agrário – Nesse processo, o campo no Estado de Goiás não vem sendo compreendido como território das diversidades sociais, políticas e econômicas e, acima de tudo, como espaço de territorialização da vida. Ele vem sendo tomado como espaço de ampliação do capital, logo é a grande produção capitalista que assume o cenário. O território do camponês na sua materialidade e imaterialidade é tido como atrasado, alimentando a ideia de campo como espaço do arcaico e desnecessário à nova ordem imposta ao campo. Esse paradigma, que vem se materializando por meio do agronegócio no Estado de Goiás, corrobora decisivamente para o fechamento das escolas no campo, pois ele orienta políticas públicas no campo que negam o direito à constituição da vida do camponês no campo.

2) A ausência de condições dignas no campo – Como já destacado em Souza (2012), aos camponeses vem sendo negado o direito ao saneamento básico, estradas em boas condições, saúde, educação, dentre outros elementos essenciais para sua sobrevivência. Nesse processo, na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2000, no Brasil 14 milhões de camponeses não possuíam água próxima de sua moradia. O Censo Demográfico de 2000 também apontou que mais de 35% dos domicílios localizados no meio rural estavam sem qualquer tipo de instalação sanitária ou banheiro. Essa realidade não é diferente no Estado de Goiás, visto que apenas 20% dos domicílios situados no meio rural são ligados à rede de abastecimento de água (FUNASA, 2014). Esses e outros fatores corroboram para a saída do camponês do campo. Cristalizar a ideia de que o território do camponês não é lugar de tecnologia, de infraestrutura básica, como água,

luz, esgoto, hospitais, escolas etc., é confiná-lo ao plano periférico em que as políticas públicas no Brasil o vêm colocando.

3) Transporte de alunos do campo para a cidade – o Governo Municipal vem preterindo fazer o transporte de alunos do campo para a cidade, entendendo que esse processo é mais viável: é o econômico sobrepondo-se ao social e ao direito a uma escola no campo. Podemos destacar que o transporte de alunos do campo para a cidade é motivado e ao mesmo tempo o motivador da ausência de escolas nesse território. No ano de 2015, foi registrado pela Secretária Estadual de Educação de Goiás o transporte de 50.347 alunos da rede estadual de ensino do campo para a cidade. Esse fato traz outras preocupações, como as péssimas condições dos transportes, as longas jornadas dentro de transporte escolar, sendo que, em Souza (2012), registramos até sete horas de ida e volta da escola para casa, e, ainda, para muitos alunos caberá estudar em escolas localizadas na cidade que não reconhecem, e tampouco valorizam a identidade territorial camponesa.

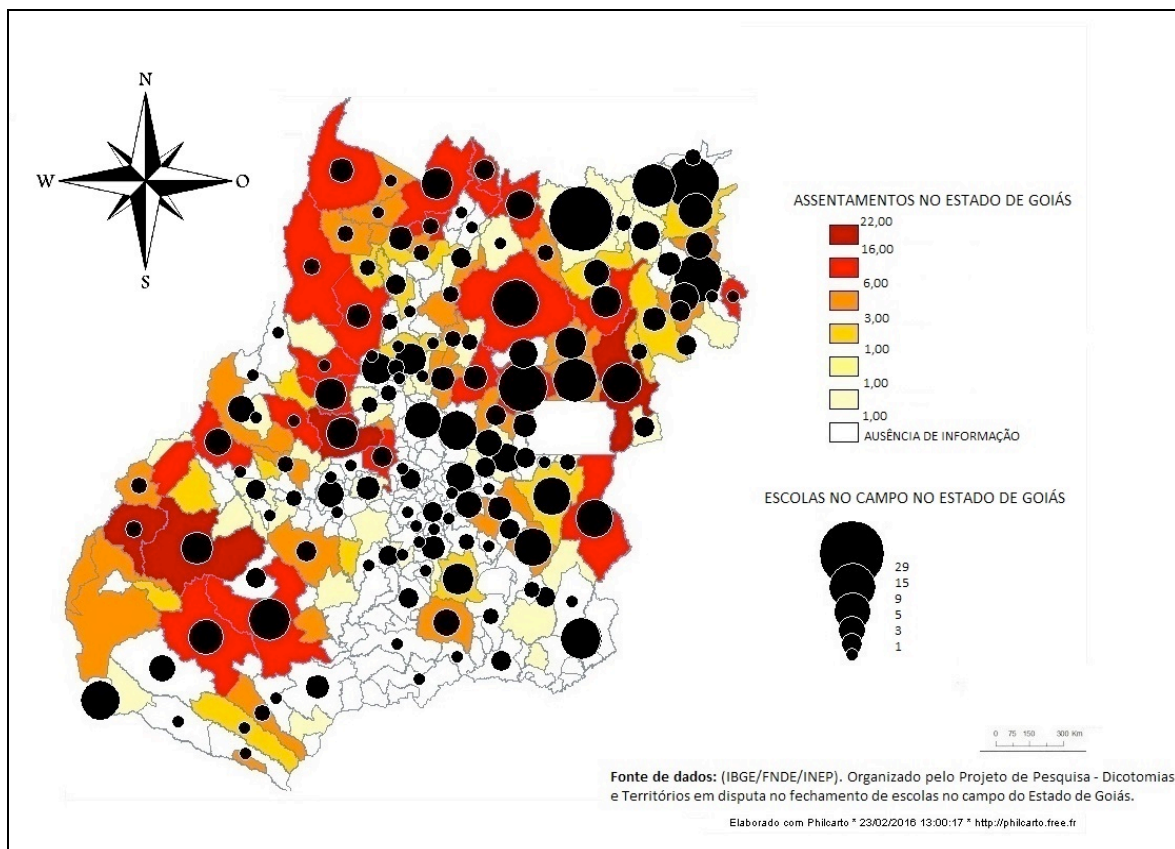
4) Condições das escolas situadas nessas mesorregiões – No que se refere às condições das escolas no campo, o Estado de Goiás acompanha a situação de precariedade constituída em outros estados. Falta de água potável ou de reservatórios adequados é comum nesse estado. Esse fato foi ressaltado em Souza (2012). Ausência de banheiros, salas de aulas constituídas em antigos estábulos, falta de energia elétrica, ausência de bibliotecas e espaços para as refeições e as péssimas condições das vias de acesso são elementos que marcam pelo menos uma escola no campo dos municípios do Estado de Goiás. Essas condições acabam alimentando a ideia de que estudar na cidade é uma perspectiva mais interessante.

5) Outro condicionante é o avanço do agronegócio, que por sua vez é parte de um mosaico que dá “corpo” ao paradigma do capitalismo agrário no Brasil. O agronegócio é um fator preocupante no Estado de Goiás. “Ele” se sobressai na mesorregião sul-goiana e vem se materializando em meio à resistência em um território de disputa entre o agronegócio e o campesinato. A mesorregião do Sul Goiano é a que mais se destaca na articulação com o agronegócio no estado, o que corrobora para a 4ª posição do estado no *ranking* nacional na produção de grãos. Nessa mesorregião, destacam-se os municípios de Jataí e Rio Verde, que apresentaram o maior valor de produção agrícola no ano de 2014 no Estado de Goiás. Esses municípios representaram 23,7% do valor de produção da agricultura goiana (IMB, 2014).

Por outro lado, nesse território foram 45 escolas fechadas no campo e 26 abertas, sendo que, dos 81 municípios dessa mesorregião, apenas 36 têm escolas no campo. Assim, 46 municípios estão sem escolas. Os municípios que possuem o menor número de escolas também são preocupantes, pois se totalizam em 18, todos com apenas uma escola no campo. Dos 81 municípios que fazem parte dessa mesorregião, apenas 17 apresentam presença significativa de escolas no campo. É um processo que primeiro arranca a escola do campo e depois expulsa o camponês.

Então embora essa mesorregião seja a que vem apresentando o menor percentual de diminuição de escolas nos últimos sete anos no Estado de Goiás, ela é a segunda com maior percentual (quase 60%) de municípios sem escolas, o que indica que certamente já vem consolidando o processo de fechamento de escolas a mais tempo do que as outras mesorregiões, em função, dentre outros elementos, do avanço do agronegócio.

No entanto, podemos ressaltar que esse é também um espaço de tensões e de disputas, logo anunciar o fim das escolas no campo é negar a totalidade complexa e contraditória que permeia esse processo. Os camponeses oriundos da luta pela terra têm constituído seu território nessas mesorregiões (Mapa 3), e vêm motivando a abertura de escolas no campo a partir da constituição de assentamentos ligados à luta pela terra. Assim, se o agronegócio impulsiona o fechamento, a luta pela terra reivindica e estimula a abertura de escolas imbuída pela certeza de que a escola tem que ser do e no campo. Nesse processo, se observarmos o mapa 3, particularmente a mesorregião do Sul Goiano, mais precisamente os municípios de Rio Verde e Jataí, constatamos que embora eles sejam território do agronegócio há também a forte presença de assentamentos, e logo de escolas no campo, motivada, é claro, pela recriação do campesinato ligado à luta pela terra no Estado de Goiás.



Mapa 3: Assentamentos e escolas no campo do Estado de Goiás em 2015

Nesse contexto, reafirmamos que no movimento de diminuição de escolas no campo ocorre dialeticamente o movimento de fechamento e abertura de escolas, que no Estado de Goiás

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

vem sendo motivado pelo processo de territorialidade dos camponeses ligados à luta pela terra que veem as escolas como locus de produção de seu território. Nesse processo contraditório está o Município de Catalão, que se destaca pela sua forte inserção no agronegócio, mas que também em função dos assentamentos possui o maior número de escolas no campo nessa mesorregião.

Por fim, consideramos que em decorrência da ampliação do território do agronegócio no Estado de Goiás, a desterritorialização/reterritorialização do campesinato vem se intensificando devido às descaracterizações social e econômica que esse meio de produção implica ao campo. Tais descaracterizações podem ser evidenciadas, sobretudo nas escolas, culminando no fechamento delas na mesorregião do Sul Goiano, o que acaba enfraquecendo a permanência do camponês no campo, posto que a escola voltada aos interesses dos camponeses fortalece seus hábitos, costumes e valores.

CONCLUSÕES

O agronegócio vem se consubstanciando como um dos fatores mais marcantes para o fechamento de escolas. Ele se constitui como uma rede de atividades voltadas para a agricultura capitalista, cabendo ao campesinato uma inserção subalterna. Logo se tem todo um território para atender à grande produção capitalista que se alimenta, acima de tudo, das relações imateriais constituídas pelas relações de expropriações impostas aos trabalhadores rurais e a expulsão do camponês de seu território. Nesse processo, estão todos os condicionantes do capital no campo, antes e depois da porteira, e seus tentáculos que permitem sua reprodução de uma forma voraz, como os contratos de integração vertical, os subsídios governamentais, dentre outros, que alimentam esse processo.

Isso é preocupante, pois a escola do camponês é um dos instrumentos de existência desse sujeito, visto que ela, como instituição social, reflete, dentre outros, os valores, os anseios e as perspectivas da sociedade. Em vista disso, ela não é um aparelho neutro, cuja intencionalidade seja inexistente. Muito pelo contrário, é um instrumento político. Ela também pode ser o espaço, dentre outros, de encontros de cultura, de saberes, de confronto, de reafirmação de identidades que partem de singularidades que se fazem presentes no território camponês.

Como ficou evidente, os assentamentos ligados à luta pela terra contribuem consideravelmente para o maior ou menor número de escolas no campo, logo a permanência das famílias nesses assentamentos é um dos motivos de grande importância para a luta contra o fechamento das escolas no campo.

Nesse contexto, ressaltamos que a redução das escolas no campo tem resultado em drásticas consequências para o camponês, como o alto índice de analfabetismo no campo e/ou o transporte de alunos do campo para a cidade. Nesse processo, não são apenas unidades escolares que se fecham, mas se fecha também um dos elementos principais para a recriação do campesinato, que é a educação no/do campo. Esses fatos contribuem para os alunos

camponeses perderem a identidade com o seu território e buscarem o espaço urbano para fixarem, definitivamente, sua moradia, contribuindo para o esvaziamento do campo.

REFERÊNCIAS

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em 02 de junho de 2015.

FUNASA. **Panorama do Saneamento Rural no Brasil.** Disponível em <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/panorama-do-saneamento-rural-no-brasil/>> Acesso em 05 de julho de 2015.

GUTIÉRREZ, F. **A educação como práxis política.** São Paulo: Summus, 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 14 de jan. de 2010.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Produção goiana de grãos de 2014 atinge 19,9 milhões de toneladas.** Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/viewrele.asp?cd_assunto=5&cd_anomes=20140000. Acesso em: 10 de junho de 2014.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As geografias das escolas no campo do município de Goiás: instrumento na valorização do território do camponês?**. 2012. 380 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.